

02 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministra Laurita Vaz será primeira mulher a comandar o STJ

Magistrada foi eleita por aclamação e assume em setembro no lugar de Francisco Falcão

DE BRASÍLIA

Eleita por aclamação nesta quarta (1º), a ministra Laurita Vaz, 67, será a primeira mulher a presidir o STJ (Superior Tribunal de Justiça). Ela assumirá em setembro o cargo do ministro Francisco Falcão e nele permanecerá pelos próximos dois anos.

O vice-presidente do tribunal será o ministro Humberto Martins, e o corregedor nacional de Justiça, João Otávio Noronha, também escolhidos por unanimidade.

Por tradição, a ordem de ocupação da presidência, da vice-presidência e da corregedoria respeita o critério de antiguidade na corte.

Laurita, porém, chega ao posto graças à desistência da ministra Nancy Andrighi. Embora seja a magistrada mais longeva, ela abriu mão de disputar o cargo, em carta enviada aos colegas.

Nos bastidores, ministros apontam desgastes internos como o motivo da desistência de Nancy, que é a atual corregedora nacional de Justiça.

Segundo integrantes do tribunal, diante de indicações de que ela poderia não ser

eleita, apesar do protocolo da longevidade, a primeira da linha sucessória preferiu abandonar a disputa.

POLÊMICAS

A ministra Nancy foi alvo de críticas por declarações à **Folha**, em reportagem mostrando que dez ministros possuem parentes advogando na corte. Ela disse que essa é “uma das mais nocivas práticas existentes no Poder Judiciário brasileiro”.

Também gerou incômodo a decisão da ministra de avaliar a abertura de procedimento administrativo disciplinar contra o colega Marcelo Navarro.

O ministro foi citado na delação do senador Delcídio do Amaral (sem partido-SP) como sendo uma nomeação do governo Dilma para interferir nas investigações da Operação Lava Jato em favor de empreiteiros presos.

A corregedora também determinou a abertura de procedimento contra o colega Benedito Gonçalves para investigar suas relações com o empreiteiro Léo Pinheiro, dono da OAS e condenado na Lava Jato. (GABRIEL MASCARENHAS)

02 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Operação censura

Não é estranho à condição humana que os aplausos recebidos diminuam a capacidade de autocrítica — e que, em seguida, decresça também a tolerância aos reparos que se possam receber de terceiros.

Acrescentem-se a isso as possíveis deformações advindas de uma posição de poder, sobretudo quando os ocupantes de tal posto supõem representar a salvação da pátria ou a derradeira reserva de moralidade institucional de um país.

O resultado não costuma ser outro que a tomada de iniciativas em favor da censura, repetindo o conhecido equívoco de considerar que a única liberdade de expressão válida seria aquela que reafirma nossas próprias convicções.

Vários personagens e instituições protagonizaram esse deprimente enredo ao longo da experiência política brasileira.

Chega a vez de alguns representantes da Polícia Federal vinculados ao sucesso técnico e popular da Operação Lava Jato: dois delegados da chamada “República de Curitiba” moveram ação judicial contra o jornalista Marcelo Auler, que os criticara em seu blog.

É direito de qualquer cidadão recorrer aos tribunais caso se sinta injuriado, caluniado ou difamado. Reparações, acordos e erratas são negociáveis; há, em último caso, as medidas previstas em lei.

A Justiça, porém, jamais deveria ordenar a retirada de circulação de textos opinativos, ainda mais quando versam sobre o comportamento de autoridades públicas.

Perverte-se a ideia de que o cidadão deva ser protegido dos abusos do poder (incluindo-se aqui o poder da imprensa) para fazer de um órgão judicial um mecanismo de auxílio aos poderes que porventura abusem do cidadão.

Tudo se torna mais escandaloso, no caso Auler, quando o Judiciário determina, ademais, que o jornalista se abstenha de publicar textos “com conteúdo capaz de ser interpretado como ofensivo” a um dos delegados da Lava Jato.

Não apenas censura, portanto, mas também censura prévia.

É espantoso que, depois de quase 30 anos de vigência de um regime constitucional democrático, magistrados ainda lidem mal com um princípio tão claro e inegociável nas sociedades civilizadas.

Nesse episódio específico, a disposição autoritária sem dúvida se camufla em meio ao ânimo messiânico e justiceiro que se cria em torno das necessárias — e sempre louvadas — ações contra a corrupção.

Nada seria melhor para as autoridades da Lava Jato, todavia, do que se mostrar imune a críticas — e não procurar silenciá-las, como se delas tivessem efetivo receio.

FOLHA DE S. PAULO

A Lava Jato não pode parar

ANTONIO CÉSAR BOCHENEK

A Lava Jato é um patrimônio imaterial do Brasil. Não há governo ou segmento social que possam impedir a continuidade da operação

02 JUN 2016

A Operação Lava Jato agrega, a cada instante, novos e surpreendentes fatos. Transcende as investigações e os processos judiciais, numa dimensão extraordinária.

A corrupção sistêmica, impregnada nos entes estatais, está sendo revelada por diversos personagens e instituições que colaboram para a construção de um pensamento coletivo, visando uma sociedade melhor. A Lava Jato é hoje um patrimônio imaterial da sociedade brasileira.

O Judiciário é a última garantia da sociedade que anseia por um país melhor. Nisso não há nenhum excesso, tampouco uma “ditadura do Judiciário”. Muito pelo contrário; cada instituição cumprirá seus objetivos se fizer a sua parte. Nada além da obrigação e da contrapartida recebida pela sua missão.

Nesse novo cenário, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental a partir das informações disponibilizadas ao povo, com efeitos práticos de educação e conscientização cidadã sem precedentes. A opinião pública dá sinais claros de que está cansada dos abusos e das ofensas aos bens e interesses, bem como do descaso com os recursos públicos.

A vontade popular é soberana. As pessoas estão indignadas, e o senso de justiça da opinião pública é mais forte do que qualquer tentativa de interferência na Lava Jato. Não há governo ou segmento da sociedade que possam impedir a continuidade da operação.

As tentativas de barrar as investigações ou os processos judiciais não foram adiante. Pressões e tensões existem em toda a sociedade. Em relação ao Poder Judiciário, elas sempre existiram.

O importante é ressaltar que os órgãos de Justiça estão desempenhando o seu papel. Os magistrados federais não cederão a tipo algum de

pressão. Darão respostas a todos os crimes levados a sua apreciação.

Vivemos um novo momento de nossa história. Os integrantes do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e da Receita Federal vêm desempenhando suas funções com eficiência, qualidade e dedicação, gerando resultados significativos ao país. O fortalecimento das instituições, adquirido a partir da redemocratização, não pode parar ou retroceder.

Nesse novo paradigma da Justiça criminal brasileira, destaco a colaboração premiada. A legislação que trata desse tema é recente. Em apenas três anos, a aplicação apresenta resultados relevantes.

Nos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, a delação premiada, como meio de obtenção de provas, é imprescindível para desvendar e responsabilizar toda a organização criminosa, de forma célere e com resultados mais efetivos.

Permite ainda o retorno de valores e bens ao Estado, contribuindo para inibir a continuidade da prática criminosa e dos prejuízos sociais.

Portanto, qualquer tentativa de restringir a legislação que trata da

colaboração premiada, além de estar em descompasso com as tendências do direito penal, será um retrocesso inadmissível. A sociedade e as instituições não ficarão caladas.

A impunidade não pode vencer, pois ela é combustível que alimenta a criminalidade e causa danos nefastos para toda população.

O STF (Supremo Tribunal Federal) tem consciência disso, como se observa na decisão que permitiu a prisão após a condenação em segunda instância.

A Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) também defendeu esse princípio em um projeto de lei apresentado ao Senado. A efetividade da jurisdição criminal e o combate à impunidade são fundamentais para o avanço do Brasil.

ANTONIO CÉSAR BOCHENEK, 40, juiz federal, é presidente da Ajufe - Associação dos Juizes Federais do Brasil

02 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Delegados entregam a ministro lista tríplice para a PF

Eles querem que escolha de diretor-geral seja feita a partir de pente-fino da categoria

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

Delegados da Polícia Federal pediram nesta quarta (1º) ao novo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, a definição de um mandato de três anos para o cargo de diretor-geral da PF e no máximo uma recondução por igual período.

Os delegados também querem que seja respeitada, para a próxima nomeação de um diretor-geral, a ordem de votação de uma lista tríplice escolhida por delegados da PF, a exemplo do critério adotado desde 2003 para a Procuradoria-Geral da República.

Os delegados federais que formam a lista da categoria para uma futura nomeação são Erika Mialik Marena, Rodrigo de Melo Teixeira e Marcelo Eduardo Freitas.

As reivindicações foram entregues a Moraes por dirigentes da ADPF (Associação Nacional dos Delegados de PF), que afirma manter 2.257 filiados. O presidente da entidade, Carlos Eduardo Sobral, disse que o ministro prometeu analisar os pleitos.

“A Polícia Federal investiga atos de corrupção pratica-

dos por membros do governo que tem acesso a recursos públicos, inclusive do alto escalão. Isso pode trazer um descontentamento e gerar pressão para a destituição de um diretor-geral”, disse Sobral.

A escolha de uma lista tríplice para a PF é polêmica. Luís Antonio Boudens, presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, que reúne os servidores da categoria diz que a votação feita pela ADPF não tem nenhum valor legal.

“Essa é uma estratégia para pressionar o diretor-geral e colocar no seu lugar uma pessoa alinhada aos propósitos da associação dos delegados.”

Eduardo Sobral argumenta que a lista era necessária diante de uma suposta proximidade da saída do atual diretor-geral, Leandro Daiello.

“O diretor-geral já vem se manifestando em conversas informais que deve sair logo após as olimpíadas. Nada mais natural que realizar o processo da lista tríplice.” O diretor-geral Leandro Daiello, no entanto, nega que tenha estabelecido prazo para deixar o cargo. (RUBENS VALENTE

E WÁLTER NUNES)

02 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Aborto legal terá 'total apoio', diz secretária

Em meio à polêmica por já ter se manifestado contrária ao aborto mesmo em casos de estupro, a futura secretária nacional de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, divulgou nota dizendo que seu posicionamento "não vai afetar o debate de qualquer questão" à frente da pasta.

"Sempre trabalhei de forma democrática para defender a ampliação dos direitos das mulheres. A mulher vítima de estupro que optar pela interrupção da gravidez deve ter total apoio do Estado, direito hoje já garantido por lei", disse Pelaes nesta quarta (1º), por meio do Facebook.

Presidente do PMDB Mulher, ela foi escolhida para o cargo em meio a críticas pela falta de mulheres no primeiro escalão do governo Temer.

Ex-deputada federal, Pelaes ficou conhecida por se posicionar contra o aborto e "a favor da vida desde a concepção" em 2010, durante seu mandato na Câmara dos Deputados. Na época, uma comissão discutia o projeto do Estatuto do Nascituro. A deputada relatou que tinha nascido de um estupro e que sua mãe, que estava presa, chegou a pensar em um aborto.

Hoje, há três situações em que o aborto é permitido e previsto no SUS: quando não há outro meio de salvar a vida da mãe, quando a gravidez resulta de estupro ou quando a gestação for de feto anencéfalo. (NATÁLIA CANCIAN)

Filha de Dirceu vira ré por lavagem de dinheiro

Ela seria dona de imóvel comprado com propina

Uma das filhas do ex-ministro José Dirceu, Camila Ramos de Oliveira e Silva, tornou-se ré da Operação Lava Jato pelo crime de lavagem de dinheiro, segundo decisão do Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, que julga recursos da Justiça do Paraná.

Camila é acusada de ser dona de um apartamento de R\$ 750 mil que foi comprado com recursos de propina recebidos por seu pai. A arquiteta que reformou uma casa de Dirceu em Vinhedo (SP), Daniela Facchini, também virou ré, de acordo com o tribunal. Ela recebeu R\$ 2 milhões da Engevix para fazer a reforma do imóvel.

A decisão do TRF foi tomada por dois votos contra um. Em setembro do ano passado, o juiz federal Sergio Moro havia excluído a filha de Dirceu e a arquiteta do processo por considerar que não havia evidências de que elas haviam participado do esquema de propinas da Petrobras, nem havia dolo por parte delas no uso dos recursos.

O Ministério Público Federal recorreu da decisão do juiz e conseguiu mudar o entendimento sobre a ação penal envolvendo a filha de Dirceu.

Os procuradores usaram a teoria da “cegueira deliberada” para incluir Camila no processo. Segundo essa teoria, beneficiados por recursos ilícitos podem agir como avestruz, que esconde a cabeça em momentos de perigo, e fingir que não sabiam da origem do recurso.

PENA

O juiz Sergio Moro diminuiu a pena de Dirceu em quase três anos por ele ter mais de 70 anos.

Há duas semanas o juiz, responsável pelas ações da Lava Jato, havia condenado o petista a 23 anos e três meses de prisão pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção, a maior pena da Lava Jato até agora. Na decisão, ele diminuiu a pena para 20 anos e dez meses em regime fechado.

Dirceu é acusado de ter recebido R\$ 15 milhões de empreiteiras investigadas na Lava Jato, mesmo quando já estava sendo julgado no caso do mensalão, em 2012, conforme ressaltou o juiz Sergio Moro na decisão. (MARIO CESAR CARVALHO E BELA MEGALE)

OUTRO LADO

É uma falta de sensibilidade, crítica defesa

Roberto Podval, que defende José Dirceu e Camila Ramos de Oliveira e Silva, diz que entrará com recursos no TRF para mudar a decisão que tornou Camila ré sob acusação de lavagem de dinheiro.

Podval criticou a aplicação da chamada teoria da cegueira deliberada no caso de uma filha. “Acho uma falta de sensibilidade incluir uma filha num processo como esse usando a teoria da cegueira deliberada. Como é que uma filha vai imaginar que o pai é desonesto? O pai é o herói da filha, sempre. Para o filho, o pai está sempre certo”.

Podval afirmou que ingressará com um tipo de recurso chamado de embargos infringentes para tentar mudar a decisão do TRF. A Folha não localizou a defesa da arquiteta Daniela Facchini.

JOSÉ HENRIQUE MARIANTE

País de estupradores

SÃO PAULO - O delegado no Rio afirma que é preciso verificar se “houve consentimento dela”. Entre os tantos que aparecem no vídeo, prefere duvidar da única mulher na cena, 16 anos e desacordada.

O juiz no Piauí solta os adolescentes que confessaram participação em uma curra. Têm bons antecedentes. A perícia aponta conjunção carnal, mas não comprova “se houve violência sexual”. Parece detalhe que a vítima de 17 anos foi encontrada em coma alcoólico, amarrada, amordaçada com a própria calcinha e um pedaço de isopor na boca.

Os episódios ensejam reação do Congresso, que vota projeto de agravamento de pena —proposto no ano passado após uma primeira temporada de estupros coletivos. Devem votar pena de morte, como quer o governador em exercício do Rio, na próxima?

Constatações óbvias a partir dos episódios bárbaros da última semana e a reação de governos e sociedade: nossas autoridades são toscas; é

difícil ser mulher neste país; somos complacentes.

O roteiro carioca merece um livro, filme, o que for. Crime em periferia controlada pelo tráfico é banalizado nas redes sociais. Pinçado por ativistas, vai parar na polícia, que simplesmente se perde em frases, versões e entrevistas coletivas. No espaço de poucos dias, sem uma grande evolução dos fatos, o secretário de Segurança Pública fala que falta “detalhe jurídico” para a prisão, o delegado diz que o laudo vai mudar a impressão inicial, e a delegada que o substitui simplesmente manda prender.

No Piauí... o Piauí é muito longe, mas estupro é o que não falta. Acontece na USP, na escola, na balada, nas letras misóginas e machistas do funk e do sertanejo, no discurso do deputado reacionário. Toleramos. Fingimos que não vemos. Acontece todos os dias, ao nosso redor, sem que façamos nada. Isso não é exclusividade do morro nem do sertão.

A culpa, claro, também não é nossa.

MARCO AURÉLIO CANÔNICO

Foi estupro, e ponto

RIO DE JANEIRO—Ninguém que tenha assistido ao vídeo em que a jovem desacordada é molestada por um homem, enquanto ao menos um outro grava a cena e um terceiro assiste, pode ter dúvida de que ela foi estuprada.

Ouvi e li diversas vezes, nos últimos dias, pessoas variadas questionando o estupro da menor no morro da Barão, no Rio. Nenhuma das que interpelei havia visto o vídeo. Tendo assistido a ele, só mesmo a ignorância a respeito da lei pode levar alguém a dizer que ele não aconteceu.

Estupro não acontece apenas com conjunção carnal, mas também quando há ato libidinoso, como o que foi registrado pelo celular e disseminado na internet —e só aí já temos dois outros crimes.

Quando o ato acontece com alguém que “por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”, como foi o caso, é crime hediondo, com pena de oito a 15 anos de reclusão.

Ignorar a legislação não é algo que

se permita a agentes da lei, motivo por que o delegado que cuidou do caso inicialmente foi afastado dele —o doutor viu “fortes indícios de que não existiu estupro”, numa bizarra inversão dos fatos.

Quando confrontados com a informação de que o crime está gravado em vídeo, os negadores partem para a relativização: “foi estupro, mas...”. “Mas” nada. Não cabe o uso da conjunção adversativa aqui —não há como justificar ou atenuar um estupro.

Não está claro quantos homens violentaram a jovem de 16 anos. Como ela esteve inconsciente em ao menos parte do tempo, certamente nem ela saberá dizer. A parte da opinião pública que resolveu atacar a vítima parece estar furiosa com a possibilidade de que o estupro não tenha sido coletivo —algo que ainda precisa ser provado.

Tomara mesmo que não tenha sido. Só o que a menina passou já foi suficientemente bárbaro.

02 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Autor de selfie ao lado de adolescente estuprada é preso

Homem de 41 anos se apresentou à polícia e é 3º detido suspeito do crime no Rio; outros três seguem foragidos

Suspeito escreveu mensagem negando ter participado de estupro da adolescente de 16 anos na zona oeste

DO RIO

Um terceiro suspeito de participar do estupro de uma adolescente de 16 anos numa favela da zona oeste do Rio foi preso nesta quarta (1º).

Raphael Duarte Belo, 41, que se apresentou à polícia, aparece no vídeo postado em rede social fazendo uma selfie ao lado da jovem desacordada. Além dele, já foram presos Rai de Souza, 22, e Lucas Perdomo, 20. Outros três suspeitos estão foragidos.

De acordo com policiais, Raphael Belo trabalhou como cinegrafista da TV Globo, no Projac, até 2015, quando foi demitido. Ele seria dono de um lava-jato no morro da Barão e irmão de um PM.

A prisão dos suspeitos foi

pedida pela delegada Cristiana Bento, que assumiu a investigação no domingo (29).

Ela disse que "o estupro está provado". O vídeo mostra um grupo de homens em meio a risadas. Um deles toca nas partes íntimas da adolescente e diz que ela foi violentada por "mais de 30". Desde 2009, a lei considera, além da conjunção carnal, atos libidinosos como crime de estupro.

Antes de ser preso, Belo escreveu uma mensagem em um perfil de rede social negando ter praticado estupro.

Ele diz que ao passar por um beco "encontrou uma casa abandonada, toda aberta, fedendo e com uma mulher nua dentro". Belo afirma ainda que entrou com o amigo Rai na casa e que este "então filmou a jovem deitada".

VERSÕES

A delegada investiga a informação de a mão que aparece manuseando a adolescente no vídeo seria de Belo.

Em um depoimento, segun-

do a polícia, Rai admitiu ser responsável pela gravação divulgada em redes sociais e feito relações sexuais com a vítima. Depois, mudou de versão e disse não ter feito nada.

A garota aponta Lucas Perdomo, que é jogador de futebol, como a pessoa com quem ela encontraria na noite do crime no baile funk da Barão.

Perdomo afirma que estava com outra mulher, mas em outro cômodo da casa.

Eduardo Alves, advogado de Perdomo, apresentou aos policiais uma jovem, Bruna Dias, amiga do atleta, que teria mantido uma conversa privada com a adolescente estuprada. Na conversa, Bruna pergunta se Petão, como Perdomo é chamado, seria responsável pelo crime. Como resposta: "Não tá louca".

O Ministério Público Federal, no Rio, abriu um procedimento criminal para apurar a transmissão de fotos e vídeos da adolescente de 16 anos. (MARCO ANTÔNIO MARTINS, LUIZA FRANCO E RONALD LINCOLN JR.)

02 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MP pede que Lerner devolva R\$ 16,6 mi aos cofres públicos

Para promotoras, publicidade do
extinto Banestado foi utilizada
para promover a reeleição do ex-governador em 1998

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O Ministério Público (MP) do Paraná ingressou com uma ação civil pública contra o ex-governador do Paraná Jaime Lerner, solicitando que ele devolva ao erário R\$ 16,6 milhões. Segundo a peça, o arquiteto e urbanista usou o antigo Banco do Estado (Banestado) para fazer propaganda eleitoral e publicidade ilegal em 1998, ano em que concorreu à reeleição. Para as promotoras Cláudia Cristina Rodrigues Martins Madalozo e Daniela Saviani Lemos, que assinam o documento, a prática se configura improbidade administrativa. O pedido foi protocolado em 5 de maio, entretanto, só foi divulgado ontem.

De acordo com a denúncia, Lerner promulgou um decreto passando à Secretaria de Comunicação Social (Secs) a responsabilidade pelas campanhas de marketing de todos os órgãos e empresas vinculados à administração estadual. O controle incluía o banco,

*A defesa de
Jaime Lerner
argumenta que
"publicidade
foi legal e
legítima" e que
"não houve
nenhum ato
improbo"*

que à época era uma sociedade de economia mista. Além do político, são citados na ação, em tramitação na 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Cila Schulman e Jaime Tadeu Lechinski, que chefiaram a Secs entre 1995 e 2002, quando o arquiteto esteve à frente do Palácio Iguaçú.

"Com o passar do tempo, foram se afrouxando os sistemas de controle de gastos com publicidade do Banco do Estado do Paraná S/A, cujos gastos atingiram o ápice em 1998, notadamente nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 1998", diz trecho do processo. "Outro detalhe que caracteriza este aumento de gastos com publicidade é que os orçamentos previstos para gastos com publici-

dade no Banestado não eram respeitados, tampouco as diretrizes eram definidas para a fixação deste orçamento", prossegue.

Ainda conforme a ação, a previsão orçamentária de gastos publicitários do Banestado, em 1997, havia sido de R\$ 20 milhões. "Com a obrigação firmada, teria que haver uma redução de 20% no valor desta publicidade para o ano seguinte (...) No entanto, as previsões orçamentárias de 1998 foram estipuladas em R\$ 30,7 milhões". O montante definido pelo MP deve ser corrigido e acrescido de juros até o pagamento.

CONTINUA

02 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

O advogado José Cid Campêlo Filho, que representa Lerner, disse à FOLHA que recebeu a notícia com surpresa, porque se trata de algo que aconteceu 18 anos atrás. Segundo ele, o ex-governador já tinha sido alvo de uma ação civil pública referente a esse assunto. Na ocasião, argumenta, outras pessoas envolvidas diretamente foram processadas, contudo, a Justiça considerou que não havia motivos para a condenação do político.

Campêlo Filho contou que utilizará o mesmo argumento. "A defesa vai ser igualzinha. Não houve nenhum ato, improbo. A publicidade foi legal e legítima. E, se alguém tiver que ressarcir, não é o governador, porque não foi ele que recebeu o dinheiro, e sim os veículos de comunicação", afirmou. O advogado criticou o fato de ter sido comunicado do caso pela imprensa. A pena para o crime de improbidade administrativa prescreve em cinco anos; já para ressarcimento aos cofres públicos não existe um prazo definido.

02 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

OAB cobra mudanças em projeto do uso de depósitos

Prefeitura de Londrina vai enviar texto substitutivo à Câmara de Vereadores para poder utilizar dinheiro de contas judiciais

Edson Ferreira
Reportagem Local

A Prefeitura de Londrina deve encaminhar à Câmara de Vereadores, até a próxima segunda-feira, um texto substitutivo ao projeto de lei 38 de 2016 que pede autorização para uso do dinheiro depositado em contas judiciais. A mudança atende pedido da subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que se posicionou contrariamente à íntegra da proposta durante reunião da Comissão de Finanças do Legislativo, ontem.

O presidente da OAB, Elinton Araújo Carneiro, defende a inconstitucionalidade da norma – a lei complementar 151 de 2015, que permite essa transferência de recursos judiciais para o Tesouro de estados e municípios está sob análise no Supremo Tribunal Federal (STF) – mas admite que a prefeitura pode torná-la “mais palatável” com algumas alterações. A OAB pediu uma reserva maior no fundo depositado e não

apenas os 30% obrigatórios pela lei nacional, obrigatoriedade de usar o dinheiro apenas em pagamento de precatórios municipais, além de um prazo específico para vigência. “Não podemos dar um cheque em branco para o próximo prefeito utilizar 70% dos valores disponíveis em contas judiciais”, comentou Carneiro, sobre a delimitação de tempo no projeto.

O presidente da OAB cobrou ainda que seja definido em lei o acesso apenas aos recursos das contas judiciais originados de discussões tributárias. A prefeitura tem em discussão, ao todo, cerca de R\$ 80 milhões. “Esta é uma matéria importantíssima para nós, porque mexe com o advogado e com as partes. Muitas vezes, é honorário do advogado, que tem natureza alimentar e se o juiz manda pagar, tem que ser no dia. Portanto, o município tem que ter condições para fazer isso.”

O procurador-geral do município, Paulo César Valle, afirmou que o Executivo

deve reformular o texto até a próxima segunda-feira. “Não temos objeção em fazer o projeto apenas para precatório.”

Usar o dinheiro das contas judiciais é uma das ações da administração para equilibrar as contas, cujo balanço do quadrimestre mostra arrecadação menor do que o projetado. Esse início de ano concentra o “grosso” da arrecadação anual, com pagamentos de tributos como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imobiliários (ITBI), mas o resultado foi 12% - R\$ 28 milhões - abaixo do esperado.

URGÊNCIA

A Comissão de Finanças votou favoravelmente ao projeto, mas o relator Jamil Janene (PP) cobrou do Executivo a retirada da urgência, dando mais tempo para a discussão na Câmara e “possibilitando votação com maior clareza”. No entanto, o prefeito Alexandre Kireeff (PSD) já mandou o recado por meio dos assessores que não abrirá mão da tramitação rápida da matéria. Mantida a urgência, o texto deverá ser discutido e votado até o dia 13 de junho.

02 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Redução de pena

O juiz Sérgio Moro diminuiu a pena do ex-ministro José Dirceu em quase três anos por ele ter mais de 70 anos. Há duas semanas, o juiz responsável pela ações da Lava Jato condenou o petista a 23 anos e três meses de prisão pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção. Na decisão proferida na segunda-feira ele diminuiu a pena para 20 anos e dez meses em regime fechado. Moro também considerou Dirceu réu primário, não atendendo ao pedido do MPF de transformá-lo em reincidente. Com isso, o petista tem direito à progressão de um sexto da pena previsto em lei. O juiz absolveu o irmão de Dirceu do crime de fraude.

Mulher no comando do STJ

Eleita por aclamação ontem, a ministra Laurita Vaz será a primeira mulher a presidir o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela assumirá em setembro e permanecerá pelos próximos dois anos. O vice-presidente do tribunal será o ministro Humberto Martins e o corregedor nacional de Justiça, João Otávio Noronha - também escolhidos por unanimidade. Por tradição, a ordem de ocupação da presidência, da vice-presidência e da corregedoria respeita o critério de antiguidade na corte.

Parentes na Corte

Laurita, porém, chega ao posto graças à desistência da ministra Nancy Andrighi. Embora seja a magistrada mais longeva entre os que jamais foram presidentes, ela abriu mão de disputar o cargo, em carta enviada aos colegas. Nos bastidores, ministros apontam desgastes internos como o motivo da desistência de Nancy, que é a atual corregedora Nacional de Justiça. A ministra foi alvo de críticas por declarações à "Folha de S. Paulo", em reportagem mostrando que dez ministros possuem parentes advogando na corte. Ela disse que essa é "uma das mais nocivas práticas existentes no Poder Judiciário brasileiro".

02 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

A conspiração permanente

Da mesma forma que o impulso de viver leva um prisioneiro à fuga, não existe força no mundo capaz de conter um denunciado, principalmente quando consciente de suas culpas, de tentar fugir às malhas da Justiça. Decorre daí, a certeza, a despeito das declarações formais em defesa da Lava Jato por parte até da autoridade presidencial, de que a conspiração sutil ou aberta se manterá viva, posto que submetida a recuos para enganar o público.

Com essa caricatura de parlamentarismo, o prestígio aberto a lideranças na montagem do gabinete, que já perdeu dois integrantes dispensando rituais do referendo, a constatação de que 24 dos 81 senadores e 148 dos 513 deputados federais têm pendências no STF revela um poder lobístico nada desprezível e que se torna mais denso pelo convívio e cumplicidade. Esperar desse contingente a inércia ou ainda uma postura de acatamento à dinâmica institucional, submissa aos seus regramentos, é algo próximo da loucura ou de adesão a uma conclamação ao suicídio coletivo no estilo Jim Jones.

Daí, é claro, o distanciamento olímpico de Michel Temer quando suscitam o óbvio de que boa parte de sua equipe é tisonada pelo alude da corrupção que engolfa o país. E é, claro, alicerçada na questão jurídica de que indiciado não é previamente culpado ou ficha suja, o que também é recheada de cinismo, como se não fosse imperioso exigir no mínimo de um ministro que não tivesse antecedentes criminais ou qualquer tipo de suspeita.

Para que se dê a ênfase merecida à Lava-Jato, indispensável se torna a visualização de que ela expressa a consciência da nação e, por isso, se torna impositiva a sequência de manifestações de apoio e também de vigilância, tanto por parte da magistratura como do Ministério Público e da polícia judiciária, em defesa desse momento incomum da vida brasileira. Instalou-se ontem em nossa capital o Primeiro Fórum de Administração, Gestão e Estratégia da Associação dos Juizes Federais do Brasil que abordará questões técnicas de interesse da área e servirá também para mostrar a determinação por uma nova cultura relativamente ao combate à impunidade que parece ter inaugurado um ciclo decisivo no país. É, ao menos, a esperança.

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO PUBLICANO

Governo nomeia citado por delator

Victor Hugo Dantas assumiu cargo na Secretaria de Educação. Ele teria recebido R\$ 30 mil para fazer lobby em favor de um auditor da Receita Estadual no governo

*Diego Ribeiro e Fábio Silveira,
especial para a Gazeta do Povo*

● A Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude), subordinada à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed), tem um novotitular. É Victor Hugo Dantas, citado em juízo pelo principal delator da Operação Publicano, auditor Luiz Antônio de Souza, como o homem que teria recebido R\$ 30 mil para fazer lobby em favor de outro auditor, Marcio Albuquerque de Lima, no governo estadual. Lima foi inspetor-geral da Receita Estadual. A informação sobre o pagamento foi confirmada pelo advogado do delator, Eduardo Duarte Ferreira.

De acordo com as investigações do Ministério Público do Paraná, Lima encabeçava um esquema de corrupção no órgão. Dantas é ex-coordenador da região metropolitana de Londrina (Comel) e ex-coordenador de campanha do governador Beto Richa naquela cidade. A Sude foi palco de outro escândalo de corrupção envolvendo o governo estadual descoberto pela Operação Quadro Negro, em julho do ano passado.

Foi sob a guarda da Superintendência, na diretoria de Engenharia, Projetos e Orçamentos, que o Núcleo de Combate aos Crimes Econômicos e o Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP, descobriram que, entre 2011 e 2014, a empresa Valor Construtora recebeu indevidamente cerca de R\$ 18 milhões da pasta por dez licitações de obras de construção e reforma de escolas estaduais fraudadas.

A Sude é responsável por toda infraestrutura da educação do Paraná. O trabalho dentro da superintendência envolve conservação e construção de prédios públicos, logística de material, transporte escolar, alimentação e até matrículas.

A nomeação de Dantas foi publicada em Diário Oficial do Paraná no dia 27 de maio. O texto publicado no diário menciona que ontem foi o primeiro dia de vínculo de Dantas com a Sude.

A **Gazeta do Povo** solicitou, por meio da assessoria de imprensa da Seed, informações sobre a nomeação de Dantas e também entrevista com o novo superintendente da Sude. A assessoria, porém, informou que a Seed e Dantas não vão se pronunciar.

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

● JUDICIÁRIO

MP vai à Justiça para que Jaime Lerner devolva R\$ 16 mi ao PR

Diego Antonelli

● O Ministério Público (MP) ingressou com uma ação civil pública contra o ex-governador Jaime Lerner cobrando o ressarcimento de R\$ 16 milhões por ato de improbidade administrativa. A acusação do MP é de que a publicidade do extinto Banestado foi utilizada como propaganda eleitoral e para publicidade da gestão de Lerner em 1998. Naquele ano, Lerner disputou e venceu a reeleição para o cargo de governador. A ação tramita na 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

“Com o passar do tempo, foram se afrouxando os sistemas de controle de gastos com publicidade do Banco do Estado do Paraná S/A, cujos gastos atingiram o ápice em 1998, notadamente nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 1998”, escrevem as promotoras Cláudia Cristina Rodrigues Martins Madalozo e Daniela Saviani Lemos.

Segundo as promotoras, a previsão orçamentária de gastos publicitários institucionais do Banestado em 1997 havia sido de aproximadamente R\$ 20 milhões. Uma auditoria interna do banco chegou a recomendar uma redução de 20%. As previsões orçamentárias de 1998 aumentaram e foram estipuladas em R\$ 30 milhões. “Nos dez primeiros meses de 1998, verificou-se, ainda, que o gasto em publicidade do Banestado S/A atingiu o valor de R\$ 35.104.600,66”, revelam as promotoras na ação.

A maior parte dessas despesas não foi nem gerida pelo banco, mas pela Secretaria de Estado de Comunicação Social. Isso ocorreu porque Lerner havia promulgado um decreto que passava à Secretaria a responsabilidade pelas campanhas publicitárias de todos os órgãos e empresas do estado — incluindo o Banestado.

Na ação, as promotoras afirmam que a publicidade originada da Secretaria de Comunicação e destinada ao Banestado era “o tipo de publicidade vedada pela Lei Eleitoral, ou seja, divulgação de programas do governo os quais não guardam ligação com os produtos oferecidos pelo Banestado”. Segundo a ação, cerca de R\$ 16,7 milhões foram utilizados somente no período entre junho e setembro de 1998, período de campanha.

DEFESA NEGA IRREGULARIDADE

O advogado José Cid Campêlo Filho diz que Lerner foi alvo de outra ação civil pública referente ao mesmo tema. Na situação, outros envolvidos foram processados. “Não foi encontrado motivo para que Lerner fosse incluído naquela investigação.” Segundo ele, as propagandas eram institucionais. “Além disso, se for incluir o Lerner no processo, é preciso incluir as empresas que receberam esse valor de publicidade. Elas que teriam sido as beneficiadas”, diz. “O certo é que essa nova ação, em que o MP não pede a condenação do ex-governador porque sabe que não pode mais pedir em razão do julgado anterior, vai receber o mesmo caminho antes trilhado. Ou seja, vai ser julgado extinto (...).”

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

ASSEMBLEIA

Reajuste a servidores do TJ, MP e TC do Paraná passa em comissão

● Os deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná aprovaram na terça-feira (31) três projetos de lei que autorizam o reajuste de salários dos servidores do Tribunal de Justiça (TJ), Ministério Público (MP) e Tribunal de Contas (TC). O reajuste proposto é de 9,28%, levando em consideração o índice de inflação (IPCA). O impacto financeiro das propostas poderá representar R\$ 59,3 milhões por mês ao estado. Durante a reunião da CCJ, os deputados votaram pela constitucionalidade dos projetos, que devem passar por uma votação no plenário da Casa dentro dos próximos dias. Ainda não há data fixada.

Governo esquece que poupança dos servidores ajudou a recuperar finanças

Técnicos que atuam na área previdenciária estadual lamentam que, ao discorrer na Assembleia sobre as contas do governo do primeiro quadrimestre, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, tenha dedicado poucas palavras sobre o papel que a ParanaPrevidência desempenhou para sanear as finanças do Paraná. “Ele esqueceu disso?”, perguntam os servidores.

Segundo a prestação de contas apresentada aos deputados na terça-feira (31), nos primeiros quatro meses de 2016 o governo aumentou a arrecadação em 10% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. E que, apesar de as despesas terem crescido 16%, houve sobra de caixa da ordem de R\$ 350 milhões. Fato absolutamente incomum nos últimos e críticos tempos.

“Ótimo!”, dizem os técnicos previdenciários — servidores que pediram anonimato à coluna. Mas fizeram questão de lembrar que o bom resultado, que coloca o Paraná entre os cinco estados brasileiros com caixa positivo, não se deve apenas ao aumento dos impostos (50% no ICMS e 40% no IPVA). Deve-se também aos saques realizados nos cofres da ParanaPrevidência e ao contínuo descumprimento das obrigações do governo de recolher a devida contribuição patronal de 11% sobre a folha de pagamento.

Inconformados, os técnicos afirmam que “91% dos recursos atualmente depositados no fundo previdenciário estadual se referem exclusivamente às contribuições dos servidores, que todos os meses sofrem descontos de 11% nos seus salários”. Explicam que desde o fim do governo Jaime

Lerner, o Estado não depositou nenhum tostão da contrapartida patronal a que está obrigado por lei. Os governos de Roberto Requião e Orlando Pessuti não recolheram a contraparte oficial, mas a gestão de Beto Richa, além de também não contribuir, fez sucessivos saques de valores vultosos para cobrir dívidas do Executivo.

Um ano antes do confisco da poupança previdenciária decretada no fatídico 29 de abril de 2015, o governo já tinha tomado por “empréstimo” R\$ 640 milhões, em duas parcelas (fevereiro e março de 2013), contrariando a legislação federal que regula o sistema previdenciário do setor público e que classifica tais empréstimos como crime contra a administração.

O estado se comprometeu a devolver a grana à ParanaPrevidência em 60 parcelas, pagando juros módicos de 0,5%. Não pagou até hoje nenhuma prestação. Assim, desde então, entre empréstimos e confiscos, o fundo previdenciário — que chegara a R\$ 8,5 bilhões no fim de 2014 — está atualmente reduzido a R\$ 7,8 bilhões.

Na análise das fontes técnicas que procuraram a coluna, boa parte do ajuste fiscal descrito pelo secretário da Fazenda se deve

ao sacrifício imposto à ParanaPrevidência e, consequentemente, à insegurança do funcionalismo em relação às suas futuras aposentadorias. Até abril de 2015, calculava-se que a instituição poderia garantir por mais 75 anos as aposentadorias e pensões de todos os servidores públicos. As mudanças aprovadas pela Assembleia Legislativa, em meio à Batalha do Centro Cívico, teriam, porém, reduzido o equilíbrio atuarial da instituição a nove anos, no máximo dez.

O governo contesta e tranquiliza os servidores públicos. Diz que o Fundo de Previdência do Paraná é o maior do país e se mantém

superavitário: em 2015, depois de pagas religiosamente todas as suas obrigações, seu balanço registrou crescimento de R\$ 60 milhões. Argumenta ainda o governo: não fossem as providências que tomou em relação à previdência e ao ajuste fiscal, o funcionalismo estadual estaria penando com atrasos salariais, como está acontecendo na maioria dos estados.

“Boa parte do ajuste fiscal descrito pelo secretário da Fazenda se deve ao sacrifício imposto à ParanaPrevidência.”

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Câmara aprova aumento salarial bilionário para o funcionalismo

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite o chamado pacote-bomba de reajustes salariais para servidores dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. O impacto do aumento será de pelo menos R\$ 56 bilhões até 2019 e teve aval do governo Temer, que elevou o rombo nas contas públicas para R\$ 170 bilhões neste ano. O teto do funcionalismo passará de R\$ 33.763 para R\$ 39.293. Os deputados ainda estavam votando os últimos projetos até o fechamento desta edição.

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Câmara aprova pacote de reajustes para funcionalismo federal

Recomposição salarial para servidores de 16 categorias deve gerar impacto de ao menos R\$ 56 bilhões até 2019

BRASÍLIA

Da Redação, com agências

● Apesar da expectativa de fechar 2016 com um rombo de R\$ 170 bilhões nas contas públicas, o governo interino de Michel Temer (PMDB) e sua base na Câmara dos Deputados aprovaram uma série de reajustes salariais para 16 carreiras do funcionalismo público federal, com impacto de ao menos R\$ 56 bilhões até 2019, no fim da noite desta quarta-feira (1º).

O pacote, repesado na gestão de Dilma Rousseff (PT), recebeu aval do Ministério do Planejamento e contempla servidores da Câmara, Senado, Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública, agências reguladoras, diversos ministérios, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal (MPF), Justiça Federal e Forças Armadas, entre outros.

O principal aumento foi para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O ren-

dimento, que delimita o teto do funcionalismo, passou de R\$ 33.763 para R\$ 39.293 — alta de 16,38%. Os reajustes para outras dez categorias tinham sido aprovados até o fechamento desta edição.

Além da recomposição salarial do funcionalismo, a expectativa do governo Temer era votar em plenário ainda na madrugada desta quinta-feira (2) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023.

Na prática, a DRU permite à União aplicar os recursos destinados por lei a áreas como educação, saúde e previdência em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário, desde que respeitando os gastos mínimos constitucionais.

Relação estremecida

O acordo com a oposição, agora liderada pelo PT, para votar o reajuste dos servidores serviu para contaminar a relação do governo com o PSDB.

A decisão de Temer foi tomada para evitar confrontos com as categorias, como o MPF e o TCU. O primeiro órgão é parte responsável pela Operação Lava Jato e o segundo

analisa as contas do governo.

O líder do PMDB na Câmara, Baleia Rossi (SP), afirmou que o pedido para votação foi do próprio Temer. Um grupo de deputados do PSDB se reuniu com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para “pedir explicações”. Em uma conversa dura, eles disseram que não é possível dar aumento indiscriminado para tantas categorias em um momento em que é preciso sinalizar ajuste de contas.

Após o encontro, os tucanos disseram que, diante da decisão do governo de aprovar os reajustes, não irão apoiar qualquer medida de aumento de impostos. “O governo acabou de dizer ao país oficialmente que tem um rombo de R\$ 170 bilhões. Independentemente do mérito, é uma sinalização negativa e incoerente aprovar esses projetos neste momento. Deveria haver uma racionalização, até porque isso vai estimular outros movimentos reivindicatórios e terá repercussão nos estados e municípios. Se o governo decidiu que pode aprovar isto, entendemos que não se justifica qualquer aumento de carga tributária”, afirmou o líder do PSDB, Antônio Imbassahy (BA).

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Despejo vai colocar 800 famílias nas ruas

Justiça expediu ordem para que três mil pessoas que vivem na ocupação Tiradentes, em Curitiba, deixem o terreno

Felippe Aníbal

● Mais de 800 famílias que há pouco mais de um ano vivem na ocupação Tiradentes, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, sofrem a angústia de se verem relegados ao olho da rua. A Justiça já expediu uma ordem para que a área — de 145 mil metros quadrados, envolvida em disputas judiciais — seja desocupada e restituída à Essencis Soluções Ambientais, empresa que mantém um aterro sanitário no terreno ao lado. Até agora não há uma solução, mesmo que paliativa, do poder público para assistir essas pessoas, que vivem em condições de pobreza extrema.

A ordem judicial foi expedida em março, pela juíza Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, da 1.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais. Na decisão, a magistrada determina que os bens dos ocupantes da área sejam removidos e, se for o caso, encaminhados a um depósito público. A juíza também autoriza o

uso de força policial “com contingente suficiente à magnitude da área e número de pessoas ocupantes do local”.

Segundo as lideranças da ocupação, mais de três mil pessoas vivem na área, das quais 380 são crianças.

“Faz mais de 15 dias que ninguém dorme. Ninguém aqui tem outro lugar aonde ir”, disse Janiele dos Santos Souza, uma das líderes.

Sem saída

A Companhia de Habitação Popular (Cohab) de Curitiba informou que o município não tem condições de atender, de maneira imediata, as famílias que integram a Tiradentes. Segundo a entidade, não há 800 moradias disponíveis para as quais destinar essas pessoas no curto prazo.

O estado também não deve ajudar a solucionar o problema, já que a ocupação se encontra em uma área de atribuição da prefeitura de Curitiba. Por meio de nota, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) ressaltou ainda que “não há possibilidade de as famílias permanecerem no local, por se tratar de um espaço insalubre e sem as mínimas condições de habitabilidade”.

Procurada pela reportagem, a Essencis Soluções Ambientais disse que prefere não se manifestar.

RISCO

A Polícia Militar do Paraná, por meio da Coordenadoria Especial de Mediação dos Conflitos de Terra, encaminhou um ofício à juíza Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, alertando-a sobre os riscos que o cumprimento da desocupação da área devem gerar. Em razão da “questão social”, a corporação destaca a necessidade de que a “reintegração seja negociada e que se indique local para realocação das pessoas”. A juíza ainda não se manifestou a respeito do ofício, segundo a assessoria de imprensa da PM.

CONTESTAÇÃO

A Justiça homologou, em 28 de abril deste ano, a aquisição pela Essencis Soluções Ambientais da área onde hoje está instalada a ocupação Tiradentes. O terreno pertencia à massa falida da Stirps Empreendimentos e é alvo de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR). A ação foi movida para impedir que um aterro sanitário da Essencis — que funciona no terreno vizinho — fosse estendido à área da ocupação. No local, de acordo com o MP, há uma nascente de rio em uma área de mata nativa, que sofreriam grave dano.

CONTINUA

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ministério Público tenta acordo para acolher famílias

Felippe Anibal

● Com a decisão judicial para que as famílias desocupem o terreno, a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Curitiba tenta costurar um acordo para que as mais de três mil pessoas que vivem no local sejam acolhidas de alguma forma.

"O local não é, de fato, adequado para se estabelecer moradia, já que fica próximo a um lixão, com materiais tóxicos. Mas essas pessoas merecem uma condição digna. Nós vamos lutar por isso, para que essas famílias não fiquem no desalento", apontou a promotora Aline Bilek Bahr. A Promotoria já realizou duas reuniões tentando chegar a um acordo, mas não houve solução. Além da Cohab e da Cohapar, empresários donos da área alegaram ao MP-PR que não poderiam dispor de recursos financeiros para auxiliar no acolhimento às famílias. A promotora não descarta a adoção de medidas judiciais para tentar com que os moradores da Tiradentes sejam assistidos.

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Ministra Laurita Vaz é a primeira mulher eleita para presidir o STJ

● Eleita por aclamação ontem, a ministra Laurita Vaz será a primeira mulher a presidir o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela assumirá em setembro e permanecerá pelos próximos dois anos. O vice-presidente do tribunal será o ministro Humberto Martins e o corregedor nacional de Justiça, João Otávio Noronha – também escolhidos por unanimidade. Por tradição, a ordem de ocupação da presidência, da vice-presidência e da corregedoria respeita o critério de antiguidade na corte. Laurita, porém, chega ao posto graças à desistência da ministra Nancy Andrighi, que abriu mão de disputar o cargo em carta enviada aos colegas.

02 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Temer enfrenta 1.ª prova de fogo com a Lava Jato

| *Katna Baran, com agências*

● A primeira prova de fogo do presidente interino Michel Temer (PMDB) na sua relação com a Lava Jato será a maneira como ele vai reagir à lista tríplice da Associação de Delegados da Polícia Federal.

Na terça (31), os delegados escolheram três nomes possíveis para o cargo de novo diretor-geral da PF. A delegada Erika Marena, integrante da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, aparece como a mais votada. Nos próximos dias, a lista tríplice será levada a Temer. Ontem, o presidente interino disse, “pela enésima vez”, que ninguém vai interferir na Lava Jato.

Ainda ontem, Erika representou a PF em evento na Justiça Federal, em que os integrantes da operação foram homenageados pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Ela não quis falar com a imprensa, mas, no dis-

Moro diz confiar que não haverá tentativa de obstruir a Lava Jato

● O juiz federal Sergio Moro, responsável pela condução de parte dos processos da Lava Jato, “cutucou” o novo advogado-geral da União (AGU), Fábio Medina Osório, dizendo que tem confiança de que não haverá tentativa de obstrução do novo governo. “Temos confiança que o novo governo não vai de maneira nenhuma tentar obstruir os trabalhos da Justiça”, disse o juiz em evento na Justiça Federal em Curitiba com a presença de Osório, on-

curso de agradecimento, citou dificuldades da operação.

“[A Lava Jato começou] em meados de 2013, a partir de um caso complexo, mas sem muitas condições de investigações, começou solitário, com dificuldades; mas, com muita persistência, até hoje é um grande exemplo para todos nós. Hoje trabalhamos com uma equipe não tão grande, mas valorosa e valente, que se esforça e tem muito compromisso com o que faz e é em nome dela que nós recebemos essa homenagem”, disse a delegada.

Na segunda (30), o presidente da Associação de Delegados da PF, Carlos Eduardo Sobral, afirmou ter “certeza” de que Temer acatará a lista tríplice e minimizou as declarações feitas pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que criticou recentemente a forma encontrada para indicar o novo diretor-geral da PF.

“A gente vê com naturalidade essa resistência do ministro porque é uma mudança de cultura. Num primeiro momento ele ainda está tomando conhecimento de como a instituição funciona”, disse Sobral.

tem. “Mais do que isso, considerando até a sua qualificação, acreditamos que o novo governo vai tentar alterar o quadro institucional para melhoria do sistema para prevenir o quadro de corrupção sistêmica.”

Em resposta, o advogado-geral discursou ressaltando o trabalho de Moro e destacando o compromisso de apoio do governo a iniciativas como a da Lava Jato, além de dizer que a operação “é uma nova referência para o país”. Mais cedo, Michel Temer falou sobre a Lava Jato. “Eu quero revelar pela enésima vez, que ninguém vai interferir na chamada Lava Jato.”

Janot é favorável a prosseguimento de apurações contra Aécio

● O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem manifestação ao Supremo Tribunal Federal a favor do prosseguimento de duas investigações contra o presidente do PSDB, Aécio Neves, na Corte. Uma delas, já aberta, apura se o tucano recebeu propina desviada de contratos com Furnas, subsidiária da Eletrobrás. A outra envolve a suspeita de que ele manipulou dados do Banco Rural para blindar aliados no escândalo do mensalão. Ambos os casos estão sob a relatoria de Gilmar Mendes e têm como base a delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral na Lava Jato. Para os advogados de Aécio, não há elementos novos que justificavam os processos.

02 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Prazo para pedir herança conta a partir do reconhecimento de paternidade

O termo inicial para ajuizamento de ação de petição de herança é a data do trânsito em julgado da ação de investigação de paternidade, e não a do trânsito em julgado do inventário. Esse foi o entendimento firmado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao indeferir recurso especial de herdeiros.

No REsp, os beneficiários de partilha de bens buscaram reconhecimento da prescrição em ação de petição de herança feita após reconhecimento tardio da paternidade. Para eles, como o trânsito em julgado do inventário se deu em 1983, e a ação de nulidade de partilha só foi ajuizada em 2006, por aplicação do artigo 177 do Código Civil de 1916, deveria ser reconhecida a prescrição da ação, pelo transcurso de mais de 20 anos.

Entretanto, o relator do caso, ministro João Otávio de Noronha, concluiu ser improcedente a alegação de que o termo inicial da prescrição seria a data do trânsito em julgado da ação de inventário. Isso porque, como ainda não havia sido reconhecida a paternidade e sua condição de herdeiro, não teria como a parte exercer o direito de pleitear participação na herança.

Essa possibilidade, segundo Noronha, só ocorreu em 1998. “Dessa forma, conclui-se que, a teor do artigo 189 do Código Civil, o termo inicial para o ajuizamento da ação de petição de herança é a data do trânsito em julgado da ação de investigação de paternidade, quando, em síntese, confirma-se a condição de herdeiro”, analisou o relator. O processo corre em segredo de Justiça.

02 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA



A Operação Lava jato é um marco na atuação do Judiciário brasileiro e tem todo o nosso apoio. Não existe golpe em excessos do Juiz Sérgio Moro.”

Roberto Veloso, 52 anos, juiz federal no Maranhão, secretário-geral da AJUFE.

02 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Suspeitos da morte de Tayná faltam a audiência

Os quatro suspeitos de envolvimento na morte da adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, não compareceram a audiência marcada para a manhã desta quarta-feira (1º) na Corregedoria Geral da Polícia Civil. A sessão faz parte do julgamento dos policiais acusados de torturar os funcionários do parque de diversões que confessaram o crime.

De acordo com o advogado André Luis Romero, que representa nove policiais na ação, a audiência foi remarcada para o dia 16 de agosto. "Pela quarta vez, a unidade corregedora designou as testemunhas de instrução para apurar supostas transgressões por parte dos policiais, mas eles não foram apresentados. Assim, o processo continua a se arrastar, há três anos", comentou. ■

Moro reduz pena de José Dirceu

O juiz federal Sérgio Moro decidiu ontem (1º) reduzir em três anos a pena do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, condenado em uma das ações penais da Operação Lava Jato. Moro atendeu pedido do Ministério Público Federal (MPF) e reconheceu que Dirceu tem direito à aplicação de uma pena atenuante por ter mais 70 anos de idade na data em que a sentença foi proferida, conforme determina o Código Penal.

Com o reconhecimento da atenuante, Dirceu vai cumprir 20 anos e dez meses de prisão e não 23 anos e três meses, pena definida no dia 17 de maio. A pena será cumprida inicialmente em regime fechado. O ex-ministro está preso desde agosto do ano passado no Complexo Médico-Penal em Pinhais, região metropolitana de Curitiba. ●

TRF4 mantém prisão de João Santana

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve ontem (1º) a prisão preventiva do publicitário João Santana (foto) e de sua mulher, Mônica Moura. O casal foi preso no dia 23 de fevereiro, durante a 23ª fase da Operação Lava Jato, conhecida como Operação Acarajé.

A decisão confirma a liminar do pedido de habeas corpus do dia 8 de março, proferida pelo desembargador federal João Pedro Gebran Neto, responsável pelos processos da Operação Lava Jato no tribunal. Para o desembargador, o casal não conseguiu afastar os indícios de envolvimento no quadro de corrupção sistêmica e de tentativa de destruição de provas. ●

Condenação de Cassol

Após uma série de adiamentos, o Supremo Tribunal Federal (STF) voltou nesta quarta-feira, 1º, a analisar o último recurso possível apresentado pelo senador Ivo Cassol (PR-RO) contra a condenação imposta em 2013 pelo crime de fraude em licitação cometido quando o congressista era prefeito do município de Rolim de Moura, em Rondônia. Mas um pedido de vista do ministro Dias Toffoli voltou a suspender o caso.

BEMPARANÁ

Banestado

MP cobra R\$ 16 milhões de Lerner

02 JUN 2016

O Ministério Público Estadual entrou com uma ação na Justiça para cobrar do ex-governador Jaime Lerner a devolução de R\$ 16,6 milhões aos cofres do Estado, sob acusação de improbidade administrativa. Segundo o MP, Lerner teria usado verbas de publicidade do antigo Banestado para promoção pessoal com fins eleitorais. O caso teria acontecido em 1998, quando Lerner se candidatou à reeleição e conquistou seu segundo mandato no Palácio Iguazu.

A denúncia toma como base um decreto promulgado por Lerner que repassou à Secretaria de Comunicação Social a responsabilidade pelas campanhas publicitárias de todos os órgãos públicos e empresas do Estado. O decreto teria permitido o uso das verbas do banco para propagandas sobre programas do governo em ano eleitoral, o que é proibido por lei.

O advogado de Lerner, José Cid Campêlo Filho, nega as acusações e diz que o ex-governador já respondeu outra ação pelo mesmo motivo, que foi arquivada. "O certo é que essa nova ação (...) vai receber o mesmo caminho antes trilhado, ou seja, vai ser julgado extinto pois o ex-governador não cometeu nenhum ato irregular, quanto mais ato improbo", disse Campêlo em nota.